



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS
EDITAL 01/2022



Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CARGO:

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

DATA: 27/03/2022

HORÁRIO: das 14 às 18 horas

LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
 - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
 - RACIOCÍNIO LÓGICO: 11 a 20
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir e responda às questões de 01 a 10.

Por que é tão difícil admitir que estamos errados? A psiquiatria explica

01 Teimosia, falta de empatia, polarização política. Nós costumamos encontrar diversas justificativas para
02 quando não conseguimos convencer outra pessoa de que ela está errada, mesmo quando todos os fatos
03 apontam que está. E, quando alguém finalmente muda de ideia — seja ao se convencer de que a Terra é
04 redonda, de que o distanciamento social é sim uma medida eficaz contra o novo coronavírus ou de que
05 determinado post foi ofensivo nas redes sociais —, é difícil vê-lo publicizando seu arrependimento.

06 Mudar de opinião e falar sobre isso não é simples, e há décadas a psicologia vem tentando entender
07 por que costumamos ser tão cabeças-duras. Mais recentemente, a neurociência também entrou nessa área,
08 principalmente com os estudos do laboratório britânico Affective Brain Lab, da UCL (University College
09 London). O **TAB** conversou com a diretora, Tali Sharot, e com o psiquiatra brasileiro Rodrigo Martins Leite,
10 diretor de relações institucionais do IPq USP (Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo) para
11 entender quais são as raízes científicas desse problema e como ele se manifesta socialmente.

12 **Por que é difícil admitir que erramos?** Para Sharot, a pergunta deve ser outra. "O problema não é
13 necessariamente que a gente saiba que está errado e não admita. Na verdade, não percebemos que estamos
14 errados", explica ela. A neurocientista pesquisa, há quase 20 anos, como o nosso cérebro reage à chegada de
15 novas informações e descobriu que ele não grava tão bem aquelas que vão contra o que acreditamos —
16 principalmente quando são negativas. "Há maneiras de saber quais mudanças de atividade cerebral
17 deveríamos observar quando você recebe uma informação nova. Conseguimos ver que há menos 'gravação'
18 acontecendo quando a informação não é desejável ou é contrária ao que você acredita", explica a
19 neurocientista. "Isso ocorre principalmente nas regiões frontais, mas elas estão conectadas a regiões
20 subcorticais que estão envolvidas com emoção, motivação, memória etc." E o problema não para por aí.

21 **Só acredita quem quer.** Além de literalmente guardar menos os fatos que contrariam nossas crenças,
22 nós nem vamos atrás deles, afirma a pesquisadora. "Descobrimos que as pessoas são mais propensas a
23 procurar informações desejáveis e mais propensas a acreditar e reforçar suas crenças quando recebem
24 informações desejáveis", relata. Sharot e sua equipe conseguiram enxergar, no cérebro, o funcionamento do
25 que conhecemos hoje como vieses cognitivos.

26 **Vieses, sempre eles.** Há registros de ao menos 120 vieses cognitivos, mas o mais famoso é, sem
27 dúvida, o viés de confirmação, segundo o qual procuramos e aceitamos com mais facilidade informações que
28 confirmam aquilo em que já acreditamos. "Isso significa que você tem menos chances de encontrar
29 informações que vão contra o que você acredita", reforça Sharot. Um teste desenvolvido em 2015, pelo New
30 York Times, envergonha muita gente que acredita estar imune ao viés de confirmação. Quando confrontados
31 com uma informação que desbanca aquilo em que acreditamos — principalmente numa discussão acalorada
32 —, entram em jogo as emoções para "proteger" nossas posições. "Quando estamos tomados por alguma
33 emoção forte, fica mais difícil ainda a dialética da conversa, porque as pessoas não estão debatendo ideias, e
34 sim paixões", explica Leite, da USP. "Isso fortalece a sua opinião prévia sobre o assunto."

35 **Só sei que nada sei.** Outro viés bastante popular para explicar a nossa dificuldade em reconhecer
36 uma crença errada é o efeito Dunning-Kruger, lembra Leite. Os dois pesquisadores que dão nome ao efeito
37 realizaram, em 1999, um estudo demonstrando que as pessoas que possuem pouco conhecimento sobre um
38 assunto costumam ser mais confiantes e acreditam saber mais que a média. Isso se dá porque elas não têm
39 conhecimento suficiente para serem capazes de perceberem e admitirem seus próprios erros. Por outro lado,
40 aqueles que são gabaritados em determinado tema também têm uma visão distorcida sobre seu próprio nível
41 de conhecimento. Essas pessoas acham que os outros estão tão bem informados quanto elas, então tendem
42 a subestimar suas habilidades. "Quanto menos formação você tem em um assunto, menos preparo cognitivo,
43 mais você acredita piamente na sua opinião sobre ele", resume Leite.

44 **Isso é desculpa para teimosia?** Não. A ideia é ter consciência dos vieses comportamentais para
45 tentar evitá-los ou, pelo menos, lembrar que todos encaramos os fatos de um ponto de vista bastante pessoal.
46 Leite lembra que costumamos debater dentro de bolhas, vendo nossas opiniões amplificadas por discursos
47 semelhantes, imaginando que estamos consumindo conteúdo "novo". "A sociedade vem dialogando cada vez
48 menos, acho que é uma tendência geral. Cada vez menos pensando no bem comum. Há sempre uma
49 primazia da opinião individual, de pequenos grupos, nunca pensando numa perspectiva mais sistemática e
50 globalizante", avalia ele.

51 **Impressão minha, ou estamos discutindo mais?** O psiquiatra se lembra do sociólogo Zygmunt
52 Bauman para defender que as redes sociais amplificam nossa necessidade de expor opiniões online. "A gente
53 publiciza nossa vida privada de uma forma nunca antes vista. E essa avalanche de opiniões privadas

54 colocadas em público acaba sofrendo manipulações — seja pelos algoritmos ou pela amplificação dos robôs",
55 observa Leite. "Isso acaba contagiando muitas pessoas que eventualmente nem tinham uma opinião formada
56 sobre o tema, mas é tamanho o bombardeio de mensagens e notícias que muitas vezes supera a capacidade
57 do indivíduo de ter um filtro crítico sobre essas informações." Em consequência, todo mundo sente a
58 necessidade de opinar — mesmo sem conhecer um assunto a fundo — e, como já vimos antes, ecoar vozes
59 semelhantes às suas.

60 **Alguma dica para fazer alguém admitir um erro?** "Quando as opiniões são afetivas, refratárias a
61 dados, não adianta discutir. É análogo, na psiquiatria, a um paciente que tenha um delírio. Delírio é
62 grosseiramente uma ideia irremovível, é uma convicção muito profunda", explica. Tanto o psiquiatra quanto a
63 neurocientista afirmam que reabrir um diálogo e diminuir a polarização é um trabalho social conjunto, pois não
64 há tipos de personalidades mais suscetíveis à teimosia e à dificuldade em admitir erros. Estamos todos tão
65 propensos a isso quanto os que criticamos. A dica, segundo eles, é fazer a sua parte e, ativamente, procurar
66 informações contrárias àquilo que você acredita. E estar aberto ao diálogo — mesmo que os assuntos mais
67 espinhosos precisem ficar de lado, opina Leite. "Precisa ser um princípio geral encontrar pautas que girem em
68 torno do interesse comum. Mas a politização está tão grave que a gente fala em ecologia, por exemplo, que é
69 algo do bem comum, e já se fala que é uma pauta de esquerda. Precisamos voltar a procurar identidade entre
70 as pessoas. A politização enfraquece muito nosso senso de comunidade."

(POLLO, Luiza. Por que é tão difícil admitir que estamos errados? A psiquiatria explica. *TAB Uol*, 13 jun. 2020. Com adaptações. Disponível em: <
<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/13/como-neurociencia-e-psiquiatria-explicam-nossa-dificuldade-em-admitir-erros.htm>>

01. A partir da leitura e da interpretação do texto, é possível afirmar que seu objetivo é:

- (A) Tecer críticas às pessoas que são incapazes de mudar de ideia, mesmo quando percebem que estão erradas.
- (B) Noticiar descobertas científicas relacionadas à influência das emoções na mudança de ideias.
- (C) Evidenciar dados científicos que buscam explicar por que as pessoas têm dificuldades em perceber e admitir quando estão erradas.
- (D) Fazer propaganda do método de debate propagado pelo laboratório britânico que desenvolveu estudos na área de psiquiatria.
- (E) Alertar sobre as consequências sociais e emocionais de as pessoas não admitirem quando estão erradas.

02. Indique, dentre as afirmações a seguir, a única que é condizente com as informações apresentadas no texto:

- (A) Pessoas que são gabaritadas em um tema são mais confiantes e menos propensas a admitir os próprios erros.
- (B) Mais informações são gravadas nos cérebros das pessoas quando refutam o que essas pessoas acreditam.
- (C) As emoções fortes, ao fazer com que as pessoas defendam um tema com afinco, facilitam o debate de ideias.
- (D) As pessoas tendem a buscar e aceitar mais facilmente informações que reafirmem suas crenças.
- (E) Quando mudam de ideia, as pessoas sentem necessidade de tornar público o seu arrependimento.

03. Dentre os substantivos compostos a seguir, indique o único cuja flexão para o plural é feita da mesma forma que em “cabeças-duras” (linha 07):

- (A) Beija-flor
- (B) Guarda-roupa
- (C) Cachorro-quente
- (D) Alto-falante
- (E) Recém-formado

04. Indique, dentre as palavras a seguir, a única que está sendo usada, no texto, com sentido denotativo:

- (A) avalanche (linha 53)
- (B) bombardeio (linha 56)
- (C) raízes (linha 11)
- (D) espinhosos (linha 67)
- (E) dados (linha 61)

05. A palavra “piamente” (linha 43) pode ser substituída, de maneira a manter o sentido do trecho em que ocorre, por:

- (A) convictamente
- (B) francamente
- (C) sobriamente
- (D) falsamente
- (E) caridosamente

06. Por ocasião da vigência do Novo Acordo Ortográfico, algumas palavras perderam o acento agudo, a exemplo de “ideia” (linha 03). Dentre as palavras a seguir, a única em que esta alteração NÃO ocorreu e, portanto, está grafada INCORRETAMENTE é:
- (A) paranoico (D) assembleia
 (B) heroi (E) joia
 (C) asteroide
07. Dentre as palavras a seguir, presentes no texto, indique a única que contém prefixo que expressa sentido de negação:
- (A) irremovível (linha 62) (D) ideia (linha 03)
 (B) informações (linha 15) (E) impressão (linha 51)
 (C) imaginando (linha 47)
08. Considere o período “A neurocientista pesquisa, há quase 20 anos, como o nosso cérebro reage à chegada de novas informações e descobriu que ele não grava tão bem aquelas que vão contra o que acreditamos — principalmente quando são negativas” (linhas 14 a 16). Julgue as seguintes afirmações sobre sua construção sintática:
- I. Uma das posições que “há quase 20 anos” pode ocupar no período é após a conjunção “e”.
 II. Há duas orações conectadas por “e” que compartilham o mesmo sujeito.
 III. As duas ocorrências do pronome relativo “que” marcam a introdução de oração com valor adjetivo.
 IV. A oração subordinada “como o nosso cérebro reage à chegada de novas informações” exerce função de objeto direto e possui, em sua composição, um objeto indireto.
- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
 (B) Somente os itens II e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
 (E) Somente os itens III e IV estão corretos.
09. Tendo em vista as estratégias de retomada referencial usadas na construção de sentidos do texto, é possível afirmar, EXCETO:
- (A) “Diversas justificativas” (linha 01) retoma “Teimosia, falta de empatia, polarização política” (linha 01).
 (B) “Ele” (linha 15) retoma “o nosso cérebro” (linha 14).
 (C) Em “deles” (linha 22), o pronome “ele” retoma “os fatos que contrariam nossas crenças” (linha 21).
 (D) O pronome “os”, presente em “evitá-los” (linha 45) retoma “os vieses comportamentais” (linha 44).
 (E) “Essas pessoas” (linha 41) retoma “as pessoas que possuem pouco conhecimento sobre um assunto” (linhas 37 e 38).
10. Julgue os itens a seguir, que tratam da utilização das vírgulas no texto:
- I. Em “Teimosia, falta de empatia, polarização política” (linha 01), as vírgulas estão sendo utilizadas para separar elementos de uma enumeração.
 II. Em “Isso ocorre principalmente nas regiões frontais, mas elas estão conectadas a regiões subcorticais que estão envolvidas com emoção, motivação, memória etc.” (linhas 19 e 20), as três vírgulas utilizadas marcam separação de orações subordinadas.
 III. Em “Delírio é grosseiramente uma ideia irremovível, é uma convicção muito profunda [...]” (linhas 61 e 62), a palavra “grosseiramente” poderia estar entre vírgulas sem prejuízo ao significado do trecho em que ocorre.
 IV. A oração “principalmente quando são negativas” (linha 16) poderia estar isolada por vírgula em vez de travessão, sem prejuízo ao significado do trecho em que ocorre.
- (A) Somente os itens I e III estão corretos.
 (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
 (C) Somente o item III está correto.
 (D) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
 (E) Somente os itens II e IV estão corretos.

16. Numa concessionária de veículos, o carro A custava x reais no mês de abril e o carro B custava y reais no mês de abril. No mês de maio, o preço do carro A aumentou em 20% e o preço do carro B diminuiu em 40%. Sabendo que o custo de comprar um carro A e um carro B no mês de abril é o mesmo custo que comprar um carro A e um carro B no mês de maio, a opção que contém a relação CORRETA entre x e y é:

- (A) $x < y$
- (B) $x = y$
- (C) $x < 2y$
- (D) $x = 2y$
- (E) $x > 2y$

17. Os irmãos Pedro, Felipe, Ricardo, Douglas e Danilo decidem ir assistir a um jogo de futebol, cada um vai por um caminho diferente e todos chegaram em horários distintos. Sabendo que:

- Felipe chegou antes de Douglas.
- Pedro chegou antes de Ricardo.
- Pedro chegou antes de Douglas.
- Danilo chegou depois de Ricardo.
- Danilo chegou depois de Douglas.
- Felipe não foi o primeiro a chegar.

Quem foi o primeiro e o último a chegar, respectivamente?

- (A) Pedro; Ricardo
- (B) Pedro; Danilo
- (C) Felipe; Danilo
- (D) Felipe; Ricardo
- (E) Douglas; Danilo

18. Uma loja de brinquedos possui X unidades de bicicletas e Y unidades de skates. Na primeira semana de junho, a loja vendeu 40 bicicletas. Após esta venda, a quantidade de bicicletas disponíveis na loja passou a ser quatro vezes a quantidade de skates disponíveis na loja. Durante a segunda semana de junho, a loja recebeu 50 unidades de skates e a quantidade de skates passou a ser metade da quantidade de bicicletas disponíveis na loja. Sabendo que na terceira e quarta semana de junho a loja não vendeu e nem recebeu skates e bicicletas, a opção que contém a quantidade de bicicletas disponíveis na loja de brinquedos no final do mês de junho é:

- (A) 200
- (B) 240
- (C) 280
- (D) 300
- (E) 360

19. Mônica comprou, em uma lanchonete, 20% de um torta de presunto por 4 reais e 25% de um bolo de laranja. Após Mônica deixar a padaria, Bento comprou o que sobrou da torta de presunto deixada por Mônica e o que sobrou do bolo de laranja deixado por Mônica por 28 reais. A soma dos valores que Mônica e Bento gastaram na lanchonete em reais é:

- (A) 22
- (B) 26
- (C) 36
- (D) 40
- (E) 44

20. A tabela abaixo mostra dados de funcionamento de um estacionamento no mês de maio de 2020. A primeira linha contém a informação sobre a quantidade de carros que utilizou o estacionamento em um dia e na segunda linha a quantidade de dias em que o estacionamento recebeu a quantidade correspondente de carros.

Quantidade de carros	50	60	80	100	150
Número de dias	5	10	9	5	2

Escolhendo seis dias ao acaso, qual das opções abaixo contém a informação correta, independente da escolha dos seis dias?

- (A) Em pelo menos um desses seis dias o estacionamento recebeu 50 carros.
- (B) Ao longo destes seis dias o estacionamento recebeu no máximo 620 carros.
- (C) Ao longo destes seis dias o estacionamento recebeu no máximo 600 carros.
- (D) Ao longo destes seis dias o estacionamento recebeu no mínimo 310 carros.
- (E) Ao longo destes seis dias o estacionamento recebeu no mínimo 320 carros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. Entende-se, como objeto administrativo do direito, um conjunto de fatos gerido por suas normas, em observação a um tratamento jurídico diferenciado. Renomados autores utilizam os estudos do objeto administrativo do direito como fundamentação para o arcabouço de teorias do direito administrativo. Quanto a tal conceito, NÃO se pode afirmar que

- (A) o objeto do Direito Administrativo é formado por fontes do direito administrativo.
- (B) o Direito Administrativo fundamenta-se em princípios e normas regulamentadas por fontes primárias.
- (C) o objeto do Direito Administrativo é extrínseco à constante evolução das normas jurídicas.
- (D) o Direito Administrativo tem, como seu objeto, as fontes que se relacionam de forma inerente à sociedade.
- (E) o objeto e os princípios próprios do Direito Administrativo compreendem, na forma científica, um ramo específico da doutrina.

22. Na doutrina, o Direito Administrativo, tradicionalmente, preocupa-se com a ideia de interesse público e, na relação entre administração pública e administrado, existe uma desigualdade jurídica necessária para a sua concretização (BERWIG, 2019). Por meio do entendimento do preceito citado, é INCORRETO afirmar:

- (A) O entendimento do poder que é conferido à administração pública possibilita a efetivação do empenho da coletividade, demonstrando condições essenciais para defesa dos interesses sociais de forma contínua e lúdima.
- (B) O poder direcionado à administração pública tem caráter de instrumento (na figura do administrador) para impacientar mudanças sociais e novos comportamentos do cidadão.
- (C) A relação jurídica do Direito Administrativo com o interesse público é inerente à relação jurídica entre a administração pública e o administrado.
- (D) A desigualdade das relações no ordenamento jurídico impossibilita o poder direcionado à administração pública para concretizar as instâncias sociais.
- (E) O viés do Direito Administrativo pressupõe um instrumento prospecto na organização da sociedade e sua integração.

23. A capacidade jurídica no Direito reflete em seu entendimento e interpretação da ocorrência do ato administrativo. Desse modo, no que se refere à compreensão do ato, existe a necessidade de outorga legal para o agente público desempenhar suas funções. Assim, é CORRETA a opção:

- (A) O ato administrativo apresenta pressupostos de validade do exercício de funções, como agente competente, capacidade esta que pode ser confiada ou avocada, sendo prevista por lei.
- (B) O agente público, no desempenho de funções, é encaminhado em prerrogativas legais de igual tratamento ao cidadão civil.
- (C) Todos os atos administrativos, na doutrina, são considerados atos da administração, emitidos por indivíduos do setor privado mediante delegação do Poder Público.
- (D) O ato administrativo é entendido como uma manifestação da vontade remetida de forma injustificável para o exercício da função administrativa, podendo, como legalidade, ser causado pela administração pública.
- (E) O ato administrativo, para o regime público, tem como finalidade, completar uma lei para atingir um objetivo público, satirizando, assim, de prerrogativas e exceções da administração pública.

24. Segundo a Lei nº 3.338, de 20 de agosto de 2004, em seu artigo 6º, são dados para o requerimento inicial do processo administrativo:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II - identificação do interessado ou de quem o represente;
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

- (A) Apenas os itens I; II; III e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens I; II e V estão corretos.
- (C) Apenas os itens II; III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Os itens I; II; III; IV e V estão corretos.

25. Conforme Lei Complementar n.123 do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Capítulo V, artigo n. 43º, “As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição”. Com base no trecho, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O prazo de cinco dias úteis, será assegurado, caso exista alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da entidade considerada microempresa e empresa de pequeno porte, a partir do termo inicial do vencedor do certame para pagamento ou parcelamento do débito e emissão das certidões negativas ou positivas com efeito negativa.
- (B) As empresas podem participar, em certames licitatórios, de maneira facultativa, independentemente do porte empresarial, devendo apresentar toda documentação da pessoa jurídica exigida para comprovação da regularidade fiscal.
- (C) A documentação não regularizada no prazo de cinco dias úteis acarretará o declínio do direito à contratação da entidade considerada microempresa e empresa de pequeno porte, momento em que a Administração poderá, de forma facultativa, convocar os licitantes remanescentes por ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogação da licitação.
- (D) As microempresas e as empresas de pequeno porte são entidades que possuem um tratamento diferenciado e favorecido no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios das demais empresas, sendo instigado em processos licitatórios.
- (E) Os certames licitatórios apresentam tratamento diferenciado para as microempresas e as empresas de pequeno porte mesmo que esses tipos de entidade apresentem pendências no fisco federal, estadual ou municipal.

26. Analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA:

- I. O sistema tributário assume um papel constitucional essencial à construção de um Estado Democrático de Direito, capaz de dar efetividade aos princípios constitucionais que balizam a construção do Sistema Tributário Nacional;
- II. O Estado possui, como receita, a efetivação do recolhimento dos tributos como fonte principal de financiamento dos serviços públicos no Brasil;
- III. A igualdade e a justiça são valores supremos da sociedade. Para alcançar tais valores, é fundamental que o sistema tributário seja utilizado como instrumento de distribuição de renda e riqueza;
- IV. O Estado tem, como atividade financeira, o conjunto de atos voltados para o alcance, gestão e aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, o Sistema Tributário Nacional estabelece regramentos que estabelecem a criação dos princípios constitucionais tributários;
- V. O Estado, através do exercício do poder de tributar, ao exigir dos indivíduos o recolhimento dos tributos, revela sua soberania. No entanto, o Sistema Tributário Nacional institui normas constitucionais do Direito Tributário para comedir o direito do Estado soberano.

- (A) Apenas as assertivas I; III e IV estão falsas.
- (B) Apenas as assertivas II; III e V estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e V estão falsas.
- (D) Apenas as assertivas I; II; III e V estão corretas.
- (E) Apenas as assertivas I; II; IV e V estão corretas.

27. A respeito do Código Tributário Nacional é INCORRETO afirmar:

- (A) O CTN (Código Tributário Nacional) define tributo: “Art.3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Nesse sentido, a compulsoriedade do tributo é direcionada a uma imposição tributária.
- (B) A definição do CTN (Código Tributário Nacional), no que se refere a tributo como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, está relacionada também aos tributos elencados de forma interditada.
- (C) O tributo é definido pelo CTN (Código Tributário Nacional) como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, direcionada aos tributos diretos e indiretos.
- (D) O CTN (Código Tributário Nacional) compreende que todo tributo deverá ser definido como uma prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, sendo esse valor determinado por sua representação monetária, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (E) A definição de tributo pelo CTN (Código Tributário Nacional) é entendida como sendo toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei de forma legalmente constituída e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

28. Analise as assertivas abaixo conforme a competência tributária atribuída pela Constituição à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, e marque a opção CORRETA.

- I. A competência tributária é instituída aos entes políticos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como tarefa legislativa, desse modo, não tem competência tributária o ente público provido de poder legislativo;
- II. A Constituição Federal determina, através da competência tributária, a capacidade de a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarem, contudo, a fiscalização dos tributos é direcionada à União;
- III. A Constituição Federal distribui competência entre os entes da Federação (a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios) para criarem os tributos de sua competência, através de lei ordinária ou por lei complementar;
- IV. A competência tributária institui poder à Constituição Federal de criar tributos, contudo, a legislação e a fiscalização ficam sob a obrigatoriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- V. A normativa legal da Constituição Federal, veda à União instituir inserções de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

- (A) Somente as duas primeiras assertivas estão corretas.
- (B) Somente a primeira e a segunda assertivas estão erradas.
- (C) Somente a quarta assertiva está errada.
- (D) Somente as assertivas primeira, segunda e quinta estão corretas.
- (E) Somente as assertivas segunda e terceira estão corretas.

29. O Direito Tributário, em sua legalidade, estabelece através do Código Tributário Nacional, as obrigações tributárias dos contribuintes sujeitos passivos. Sobre a obrigação tributária principal, marque a opção CORRETA:

- (A) Estabelece critérios documentais ao fisco dos contribuintes pessoas físicas e jurídicas.
- (B) Apresenta-se como natureza patrimonial e surge com a ocorrência do fato gerador, tem, por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue – se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (C) Trata-se de obrigação de fazer, não fazer, tendo por objeto prestações positivas ou negativas no interesse da arrecadação e/ou fiscalização dos tributos, é dever instrumental ou formal.
- (D) Pode ser estabelecida por qualquer das normas que integram a legislação tributária, no sentido de quitação da obrigatoriedade do sujeito passivo.
- (E) Visa a atender os interesses do Fisco, no tocante à fiscalização e à arrecadação dos tributos e corresponde a qualquer exigência feita pela legislação tributária que não seja o pagamento de tributos.

30. O Código Tributário Nacional discorre sobre a relação tributária dos sujeitos ativo e passivo da obrigação, assim como sobre o fato gerador e sobre a responsabilidade tributária dos contribuintes. Sobre a responsabilidade do sujeito ativo da obrigação tributária, marque a opção CORRETA:
- (A) É de responsabilidade do credor do tributo, isto é, daquele que tem o direito subjetivo de exigir a prestação pecuniária, ou seja, daquele que detém a competência tributária ativa.
 - (B) É de responsabilidade do devedor do tributo, que pode ser pessoa física ou jurídica, privada ou pública ou responsável.
 - (C) É de responsabilidade daquele que, ainda sem relação direta e pessoal com o fato gerador do tributo, tenha a obrigação de saldar o débito decorrente de expressa determinação legal.
 - (D) É de responsabilidade de qualquer pessoa obrigada a fazer ou deixar de fazer algo no interesse da fiscalização dos tributos, não importando se é contribuinte ou responsável.
 - (E) É de responsabilidade das Autarquias que têm capacidade tributária e são imunes apenas aos impostos, contudo, decorrem da obrigatoriedade das contribuições.
31. Segundo o Código Tributário Nacional, qualquer tipo de aumento do patrimônio da pessoa física ou jurídica é entendido como fato gerador do Imposto de Renda. É justamente esse incremento que constituirá a base de cálculo do imposto. Entende-se por rendas e proventos de qualquer natureza:
- (A) Renda de Capital – aluguel, royalties, recebimentos advindos de aplicações financeiras, lucros; Renda do Trabalho – salário, honorários, pró-labore, comissões; Renda da combinação de capital e trabalho – pró-labore, lucro, ganhos sobre bolsas de pesquisas; Proventos de qualquer natureza – aposentadorias, pensões, ganho em loterias, doações, acréscimos patrimoniais não justificáveis.
 - (B) Renda de Capital – aluguel, royalties, recebimentos advindos de aplicações financeiras, lucros; Renda do Trabalho – salário, honorários, pró-labore, comissões; Renda da combinação de capital e trabalho – pró-labore, lucro, dividendos; Proventos de qualquer natureza – aposentadorias, pensões, ganho em loterias, doações, acréscimos patrimoniais justificáveis.
 - (C) Renda de Capital – aluguel, royalties, recebimentos advindos de aplicações financeiras, lucros; Renda do Trabalho – salário, honorários, pró-labore, comissões; Renda da combinação de capital e trabalho – pró-labore, lucro, dividendos; Proventos de qualquer natureza – aposentadorias, pensões, ganho em loterias, doações, acréscimos patrimoniais não justificáveis.
 - (D) Renda do Trabalho – salário, honorários, pró-labore, comissões; Renda da combinação de capital e trabalho – pró-labore, lucro, ganhos sobre bolsas de pesquisas; Proventos de qualquer natureza – aposentadorias, pensões, ganho em loterias, doações, acréscimos patrimoniais justificáveis. Renda de Capital – aluguel, royalties, recebimentos advindos de aplicações financeiras, lucros.
 - (E) Renda do Trabalho – salário, honorários, pró-labore, comissões; Renda da combinação de capital e trabalho – pró-labore, lucro, ganhos sobre bolsas de pesquisas; Proventos de qualquer natureza – aposentadorias, pensões, ganho em loterias, doações, acréscimos patrimoniais não justificáveis. Renda de Capital – aluguel, royalties, recebimentos advindos de aplicações financeiras, lucros.
32. O Código Tributário Nacional estabelece, em seu Art. 43, que o fato gerador do Imposto de Renda vem a ser a aquisição de disponibilidade econômica (recebimento efetivo de acréscimo pecuniário) ou jurídica de renda decorrente do capital, do trabalho ou da conjugação de ambos e de proventos de qualquer natureza (registro contábil de crédito de valor a favor do contribuinte). Nesse sentido, no que refere-se ao Imposto de Renda dos contribuintes pessoas físicas e jurídicas, marque a opção INCORRETA:
- (A) O contribuinte é a pessoa física ou jurídica, titular de renda ou provento de qualquer natureza, podendo a lei atribuir à fonte pagadora da renda a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto.
 - (B) O fato gerador da obrigação tributária é entendido como a receita líquida (total das receitas auferidas e deduzidas das despesas e gastos autorizados).
 - (C) A majoração do Imposto de Renda (IR) não observa o princípio da anterioridade nonagesimal, mas somente aquela do exercício seguinte.
 - (D) O Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) é tributado após as deduções com dependentes e pensão alimentícia, havendo um ajuste anual no qual outras despesas, como despesas médicas e contribuição à previdência, podem ser deduzidas.
 - (E) O princípio da anterioridade segue a regra do exercício seguinte, ou seja, a lei que institui ou majora o Imposto sobre a Renda entra em vigor no primeiro dia do exercício atual no qual foi publicada.

33. A economia tributária acarreta questões que envolvem a legalidade e a sonegação tributária. Desse modo, a doutrina discorre sobre a temática, enfatizando situações dentro do contexto. A elisão fiscal trabalha com as normas imponíveis para colocar o fato gerador em locais cujo sistema tributário seja mais favorecido (JÚNIOR, 2003). Inclusive, autoridades norte-americanas também investigam operações suspeitas de lavagem de dinheiro por instituições financeiras envolvendo trilhões de dólares em transações internacionais (HUDSON, 2021). Sobre a forma legal de recolhimento dos tributos, marque a opção CORRETA:
- (A) A utilização deste instrumento cresceu muito, nos últimos 20 anos, em todo o Brasil. Entretanto, a substituição dos dividendos pelos Juros Sobre Capital Próprio (JCP) deve ser utilizada com bastante critério, para não transformar uma economia fiscal em maior desembolso para as empresas de forma individualizada em determinados grupos econômicos.
 - (B) Os incentivos fiscais nos últimos anos, principalmente no setor da tecnologia, favoreceram a economia tributária das empresas que pretendem recolher menos tributos.
 - (C) A postergação dos tributos é um fato corriqueiro da economia tributária, sendo possível somente em economias internacionais.
 - (D) A legalidade tributária discorre sobre o planejamento tributário, o qual deverá ser realizado apenas em empresas que possuem filiais no exterior.
 - (E) A relação da elisão fiscal com a economia tributária no Brasil é estabelecida unicamente quando as empresas possuem filiais no exterior.
34. Os regimes de tributação, no Brasil, estabelecem critérios sobre o lucro e sobre o faturamento dos contribuintes pessoas físicas e jurídicas. Sobre as empresas, é CORRETO afirmar que:
- (A) Os regimes de tributação que as empresas podem optar, dentro da legalidade tributária estabelecida no Brasil, são: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro de Presunção e o Simples Nacional.
 - (B) A carga tributária no Brasil é bastante complexa e onerosa para as empresas. Dentro das modalidades tributárias, os contribuintes pessoas jurídicas podem optar pelos regimes de tributação: Lucro Real ou Lucro de Presunção ou Lucro Arbitrado ou ainda o Simples Nacional.
 - (C) Os critérios sobre o lucro e o faturamento das empresas são pontos importantes para a escolha do melhor regime de tributação das pessoas jurídicas, como também para as atividades empresariais. Desse modo, as empresas podem optar pelos regimes: Lucro Real ou Lucro Presumido ou Lucro Arbitrado ou o Simples Nacional.
 - (D) Os regimes de tributação que os contribuintes pessoas jurídicas podem optar em acordo com a legislação brasileira, são: Lucro Real ou Lucro Presumido ou Lucro de Presunção ou o Simples Nacional.
 - (E) A tributação sobre o lucro no Brasil possui uma conotação semelhante em relação ao padrão mundial: a existência de quatro tributos sobre o lucro, quando o mais comum seria a tributação ocorrer apenas via Imposto de Renda.
35. A auditoria diz respeito ao levantamento, ao estudo e à avaliação sistemática das transações, dos procedimentos, das operações, das rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade. Por ser uma atividade crítica, em sua essência, traduz-se na emissão de uma opinião sobre as atividades verificadas. Sobre auditoria é CORRETO afirmar:
- (A) É o conjunto de técnicas que têm por objetivo a supressão da opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis, consoante os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
 - (B) Controla as áreas-chave nas empresas, a fim de evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos, através de testes. Indeferindo a função de controle exercida pelas empresas, por técnicos especializados, salvaguardando o patrimônio da empresa ou entidade auditada.
 - (C) É determinada para aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre as demonstrações contábeis que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (D) É determinada pelas condições prévias de um trabalho utilizado pela administração através de uma estrutura de relatório financeiro aceitável na elaboração das demonstrações contábeis e pelo contraponto da administração em relação ao pressuposto em que a auditoria é conduzida.
 - (E) Deve ser conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes para dar condições de o auditor formar sua opinião. As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, que pressupõe critérios anódinos ao fisco.

36. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a rotatividade na prestação de serviços de auditoria de demonstrações contábeis para a mesma entidade deve ser realizada por auditor independente. Em acordo com a legislação, os motivos que levam à contratação do auditor independente podem ser devidos a determinações ou imposições do próprio negócio. Nesse sentido, marque a opção CORRETA:
- I. Companhias abertas – a Lei nº 6.404/1976 estabelece que as companhias abertas devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM;
 - II. Empresas de grande porte – a Lei nº 11.638/2007 estabelece que as sociedades de grande porte, ainda que não sejam S.A., devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM;
 - III. Instituições financeiras – o Banco Central determina que as instituições sejam auditadas por auditores independentes;
 - IV. Seguradoras – a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) determina que as seguradoras sejam auditadas por auditores independentes;
 - V. Outras entidades – em função de medidas de controle dos proprietários, imposição de credores ou bancos e para efeito de fusão, incorporação ou cisão.
- (A) Os itens I; II; III; IV e V estão corretos.
(B) Apenas os itens I; II e III estão corretos.
(C) Apenas o item V está falso.
(D) Apenas os itens I; II; III e V estão corretos.
(E) Apenas os itens I; II e IV estão corretos.
37. Os princípios fundamentais da ética profissional relevantes para o auditor são fundamentais para a execução do trabalho da auditoria e se apresentam no controle de qualidade do auditor. Esses princípios relevantes para o auditor são:
- (A) A integridade, que constitui o valor central da ética do auditor, o qual é obrigado a cumprir normas elevadas de conduta de honestidade e imparcialidade durante seu trabalho e em suas relações com o pessoal das entidades auditadas. A percepção da integridade dos auditores é que faz com que a confiança da sociedade seja preservada.
 - (B) A confidencialidade, no que diz respeito ao auditor independente, mesmo quando solicitada, por escrito e fundamentadamente, pelo Conselho Federal de Contabilidade e Conselhos Regionais de Contabilidade, não deverá exibir as informações obtidas durante o seu trabalho, incluindo a fase de pré-contratação dos serviços, a documentação, os papéis de trabalho e os relatórios.
 - (C) A capacidade contributiva, diz respeito ao fato de o auditor dever planejar e executar a capacidade da auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causem distorção relevante nas demonstrações contábeis.
 - (D) A tempestividade profissional, diz respeito ao fato de o auditor dever exercer julgamento profissional ao planejar e ao executar a auditoria de demonstrações contábeis. O julgamento profissional é necessário, em particular, nas decisões sobre a materialidade e risco de auditoria.
 - (E) A salvaguarda documental, diz respeito ao fato de o auditor avaliar que salvaguardas apropriadas não estão disponíveis ou não podem ser aplicadas para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível não aceitável. Ele deve eliminar as circunstâncias ou relacionamentos que possam criar as ameaças, declinando ou descontinuando do/o trabalho de auditoria.
38. As demonstrações contábeis auditadas pelos auditores externos são todas aquelas obrigatórias pela legislação. Marque a opção que contém somente demonstrações contábeis auditadas por auditores externos.
- (A) Balanço patrimonial; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos; Demonstração do valor adicionado e Demonstração do resultado abrangente.
 - (B) Balanço patrimonial; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração do fluxo de caixa; Demonstração do valor adicionado e Demonstração do resultado abrangente.
 - (C) Demonstração do resultado do exercício; Demonstração de Liquidez Corrente; Demonstração do fluxo de caixa; Demonstração do valor adicionado; Demonstração do resultado abrangente e Balanço Patrimonial.
 - (D) Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração do fluxo de caixa; Demonstração do valor adicionado e Balanço Patrimonial.
 - (E) Balanço patrimonial; Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração do fluxo de caixa; Demonstração do valor adicionado e Demonstração do resultado abrangente.

39. A empresa de auditoria Tudo Certo Ltda, na execução dos seus trabalhos de auditoria independente, analisou os livros contábeis diário e razão da empresa YZW Gama S/A, nos quais se observou que, nos meses de agosto e setembro do ano de 20X1, a empresa não recolheu os tributos devidos pelo lucro real anual por estimativa mensal, sendo que os referidos recolhimentos constaram nos demonstrativos contábeis da empresa, no valor de R\$ 127.000,00. Em relação aos procedimentos de auditoria e ao relatório, marque a opção CORRETA na qual conste a atitude a ser tomada pela auditoria.
- (A) O relatório sem ressalva indica que o auditor está convencido de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis, seus números estão representados e evidenciados adequadamente para o correto entendimento dos usuários direcionados ao fisco, tanto em termos de conteúdo, quanto de forma.
 - (B) O auditor deve expressar uma opinião adversa quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções em conjunto são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
 - (C) Os procedimentos de auditoria são ferramentas essenciais para a execução do trabalho do auditor e emissão do relatório de auditoria, tais procedimentos implicam uma análise através de testes de transações e testes de aglomerados.
 - (D) O auditor deve abster-se, no caso do relatório com abstenção de opinião, de expressar uma opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião e ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas.
 - (E) O auditor também deve abster-se de expressar uma opinião quando, em circunstâncias extremamente raras envolvendo diversas incertezas, ele conclui que, independentemente de ter obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre cada uma das incertezas, é possível expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis.
40. A doutrina da Ciência Contábil estabelece os princípios contábeis como base essencial do objeto da contabilidade. Segundo a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 750/1993, atualizada pela Resolução 1.282/2010, a terminologia contábil utilizada é “Princípios de Contabilidade (PC). Nesse sentido, marque a opção CORRETA sobre a utilização dos Princípios de Contabilidade:
- (A) Reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, além da necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios que existem, independentemente de pertencer a uma pessoa, sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos, sendo evidenciado como princípio geralmente aceito.
 - (B) Pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro, sendo então levadas em conta a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio nestas circunstâncias, obedecendo à legislação contábil no registro das suas operações, determinando a aplicabilidade do princípio da competência.
 - (C) Reconhece os efeitos das transações e outros eventos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, determinando a simultaneidade do confrontamento de receitas e despesas correlatas, em exigência legal da aplicabilidade do princípio da prudência.
 - (D) Determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos na moeda nacional, sendo o patrimônio integrado aos seus componentes ativos ou passivos podendo sofrer variações, para que se utilize a aplicação do princípio do registro pelo valor original.
 - (E) Determina processo de mensuração pelo princípio da tempestividade, o qual apresenta as componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas da movimentação contábil da entidade pessoa jurídica.
41. O CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis – estabelece regras básicas na elaboração das demonstrações contábeis. Sobre isso, marque a opção INCORRETA:
- (A) A entidade deve elaborar as suas demonstrações contábeis, exceto para a demonstração dos fluxos de caixa, utilizando-se do regime de competência.
 - (B) A entidade deve elaborar as suas demonstrações contábeis de origem e aplicação de recurso, em determinação legal das contas contábeis que representam o patrimônio da empresa.
 - (C) A entidade deve apresentar separadamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes.
 - (D) A entidade deve apresentar separadamente os itens de natureza ou função distinta, a menos que sejam imateriais.
 - (E) A entidade não precisa fornecer uma divulgação específica, requerida por um pronunciamento técnico, se a informação não for material.

42. Segundo a teoria da Contabilidade, o raciocínio dedutivo do processo contábil é determinado a partir de objetivos e postulados e, a partir destes, derivam princípios lógicos que fornecem as bases para as aplicações práticas ou concretas. Assim, as aplicações práticas são derivadas de raciocínio lógico. Desse modo, a estrutura do processo dedutivo deverá estabelecer os seguintes critérios:
- I. A formulação de objetivos gerais ou específicos dos relatórios contábeis;
 - II. A declaração dos postulados de Contabilidade concernentes ao ambiente econômico, político ou sociológico, no qual a Contabilidade precisa operar, apresentando um conjunto de restrições, a fim de guiar o processo de raciocínio;
 - III. Uma estrutura, um conjunto de símbolos ou framework (contexto), nos quais as ideias podem ser expressas e sumarizadas, ou seja, o desenvolvimento de um conjunto de definições;
 - IV. A formulação dos princípios ou das declarações gerais de políticas, derivados do processo lógico;
 - V. A aplicação dos princípios a situações específicas e o estabelecimento de métodos de procedimentos e normas.
- (A) Apenas as opções I; II e III estão corretas.
 - (B) As opções I; II; III; IV e V estão corretas.
 - (C) Apenas as opções II; III; IV e V estão corretas.
 - (D) Apenas as opções III e IV estão corretas.
 - (E) Apenas as opções I e III estão falsas.
43. A Estrutura Conceitual para o Relatório Financeiro, conforme o CPC 00 (R2), estabelece o objetivo de promover e manter a plena convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB. No que se refere ao CPC 00 (R2), marque a opção INCORRETA:
- (A) Esta Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito. Nada contido nesta Estrutura Conceitual se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou a qualquer requisito em pronunciamento.
 - (B) O IASB pode, algumas vezes, para atingir o objetivo de relatório financeiro, para fins gerais, especificar requisitos que divergem de aspectos desta Estrutura Conceitual. Se isso for feito, ele explicará a divergência na Base para Conclusões em tal pronunciamento.
 - (C) Esta Estrutura Conceitual pode ser revisada de tempos em tempos, com base na experiência com a sua utilização. As revisões desta Estrutura Conceitual não levarão automaticamente a mudanças nos Pronunciamentos.
 - (D) Qualquer decisão de alterar um pronunciamento exige que seja conduzido o devido processo para acrescentar um projeto à sua agenda e para desenvolver a alteração a esse pronunciamento, com validação superior do pronunciamento aos princípios e normas contábeis.
 - (E) Esta Estrutura Conceitual contribui para a missão declarada da IFRS Foundation e do IASB, que faz parte da IFRS Foundation. Essa missão é desenvolver pronunciamentos que tragam transparência, prestação de contas (accountability) e eficiência aos mercados financeiros em todo o mundo.
44. A empresa XOmega Quiz S/A, entidade de personalidade jurídica, que tem como atividade empresarial o comércio, apurou o lucro real, referente ao terceiro trimestre de 20X1, o valor equivalente a R\$ 452.700,00. O Imposto de Renda e o adicional recolhidos pela empresa são:
- (A) R\$ 67.905,00
 - (B) R\$ 113.175,00
 - (C) R\$ 45.270,00
 - (D) R\$ 107.175,00
 - (E) R\$ 167.175,00
45. Sobre o sistema tributário municipal e as normas gerais de Direito Tributário aplicáveis em conformidade ao Código Tributário do Município de Oeiras-PI, é CORRETO afirmar:
- (A) A natureza jurídica específica do tributo é de competência da União sendo transferida ao Município de Oeiras que determina o fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la.
 - (B) É deferido ao Município de Oeiras, além de outras garantias asseguradas ao contribuinte: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça; II - cobrar tributos.
 - (C) Em acordo com o Código Tributário do Município de Oeiras-PI, o IPTU incide sobre imóveis com edificações e sobre imóveis sem edificações.
 - (D) São partes no processo administrativo tributário: o Fisco Municipal e o sujeito ativo da obrigação tributária, ou o requerente, no procedimento de restituição.
 - (E) Caso necessário, e antes da apresentação da defesa, a autoridade julgadora, após proferir julgamento poderá encaminhar o processo administrativo tributário ao sujeito passivo para que se manifeste formalmente, no prazo de dez dias, com esclarecimentos relativos às razões de defesa.

46. O patrimônio da Cia. Estrutura Empreendimentos, em 31.12.X1, apresentava as seguintes contas com seus saldos:

Adiantamento de Clientes	150.000,00
Estoque de Mercadorias	75.000,00
Marcas e Patentes	12.000,00
Notas promissórias aceitas	120.000,00
Empréstimos obtidos a longo prazo	350.000,00
Duplicatas Emitidas	135.000,00
Numerários em caixa	43.000,00
Capital Social	250.000,00
Bancos Conta Movimento	170.000,00
Fornecedores Nacionais	120.000,00
Reserva Legal	30.000,00
Máquinas e Equipamentos	192.000,00
Dividendos a pagar	145.000,00
Impostos a recolher	135.000,00
Contas a Receber	62.000,00
Depreciação	10.000,00
Empréstimos Concedidos a Longo Prazo	123.000,00
Participação em outras empresas	224.000,00
Prejuízos acumulados	24.000,00
Provisão para devedores duvidosos	15.000,00

No que se refere aos dados fornecidos, marque a opção CORRETA da representação gráfica patrimonial que apresenta, respectivamente, o valor do ativo total e do patrimônio líquido em reais:

- (A) R\$ 1.166.000,00 e R\$ 226.000,00
- (B) R\$ 1.181.000,00 e R\$ 900.000,00
- (C) R\$ 1.036.000,00 e R\$ 136.000,00
- (D) R\$ 1.156.000,00 e R\$ 256.000,00
- (E) R\$ 1.156.000,00 e R\$ 1.132.000,00

47. Segundo a Lei Orgânica do Município de Oeiras – PI, é CORRETO afirmar sobre os princípios fundamentais da legislação:

1. São objetivos fundamentais do Município: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – erradicar a pobreza, o analfabetismo, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e III – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
2. O Município rege-se, nas relações jurídicas e nas suas atividades político-administrativas, pelos seguintes princípios: I - constitucionalidade das leis; II - independência e harmonia dos Poderes; III - legalidade dos atos administrativos e IV - igualdade de todos perante a lei;
3. O Município governa em acordo com os seguintes princípios: V - certeza e segurança jurídica; VI - prevalência dos direitos fundamentais, individuais, coletivos, sociais, culturais e políticos;
4. É vedado ao Município: I - estabelecer cultos religiosos, ou igrejas, subvencioná-los ou embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvadas, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos e III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre estes;
5. É proibido ao Município apresentar os seguintes critérios: IV - renunciar à receita e conceder isenções e anistias fiscais, sem interesse público devidamente justificado; V - manter delegacias ou quaisquer órgãos com função de policiamento ideológico ou político.

- (A) Apenas as opções 2; 3; 4 e 5 estão corretas.
- (B) Apenas as opções 1; 2; 4 e 5 estão corretas.
- (C) Apenas as opções 1; 2; e 5 estão corretas.
- (D) Apenas as opções 3 e 5 estão falsas.
- (E) As opções 1; 2; 3; 4 e 5 estão corretas.

48. As doações e subvenções governamentais são concedidas pelo Governo à entidade em troca de uma determinada condição a ser cumprida por ela. O Conselho Federal de Contabilidade estabelece que as doações e subvenções governamentais não devem ser reconhecidas até que exista segurança de que: a) a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas; e b) a subvenção será recebida. Neste sentido, marque a opção CORRETA:

- (A) Os requisitos para reconhecimento, no resultado da subvenção governamental registrada deve ser em conta específica do ativo circulante, como receita diferida.
- (B) A subvenção governamental, se tiver por objetivo compensar determinados gastos a serem efetuados pela entidade, deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar.
- (C) A contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos requisitos para reconhecimento no resultado.
- (D) A subvenção governamental determina os gastos a serem efetuados pela entidade, desse modo, devem ter seu reconhecimento como despesas na apuração do resultado do exercício.
- (E) As doações e subvenções governamentais devem ser reconhecidas em contas de resultado do grupo do ativo não circulante, obedecendo o grau de liquidez.

49. Os Balanços Patrimoniais da Cia KYZ apresentaram os seguintes saldos durante os exercícios sociais de 20X8; 20X9 e 20X0:

CONTAS	Exercício Social 20X8	Exercício Social 20X9	Exercício Social 20X0
Ativo Circulante	232.000,00	224.000,00	253.000,00
Ativo Não Circulante	296.000,00	305.000,00	432.000,00
Passivo Circulante	50.000,00	125.000,00	180.000,00
Passivo Não Circulante	75.000,00	132.000,00	145.000,00

Os dados apresentados demonstram a solvência geral nos três exercícios sociais.

A partir dos dados, marque a opção CORRETA que identifica um resultado melhor para a empresa:

- (A) Melhor somente o Exercício Social 20X0.
- (B) Melhor somente o Exercício Social 20X8.
- (C) Melhor somente o Exercício Social 20X9.
- (D) Melhores somente os Exercícios Sociais 20X8 e 20X9.
- (E) Melhores somente os Exercícios Sociais 20X9 e 20X0.

50. O relatório Contábil Balancete de Verificação apresentou a sua apuração do resultado do exercício 20X1, registrando os saldos. Extraído as informações, marque a opção CORRETA referente ao exercício 20X1:

Compras de mercadorias	750.000,00
Estoque Inicial de Mercadorias	1.365.000,00
Receita de Vendas de Mercadorias	2.450.000,00
Estoque Final de Mercadorias	520.000,00
Capital Social	1.100.000,00
Fornecedores	450.000,00

- (A) Foi realizada, no exercício social de 20X1, a provisão para devedores duvidosos no valor de R\$ 150.000,00.
- (B) Durante o exercício social de 20X1, o lucro foi de R\$ 1.500.000,00.
- (C) Foi registrado prejuízo acumulado no exercício social de 20X1 no valor de R\$ 320.000,00.
- (D) O resultado da conta custo de mercadorias vendidas, no exercício 20X1, foi de R\$ 1.595.000,00.
- (E) O total da conta de custo de produtos produzidos, no exercício 20X1, foi de R\$ 2.115.000,00.